

1.000

QUESTÕES PARA A

CNU

**BLOCO 1 - SEGURIDADE SOCIAL:
SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E
PREVIDÊNCIA**

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS GERAIS	9
→ CIÊNCIAS POLÍTICAS - CONCEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (DISTRIBUTIVAS, REGULATÓRIAS, ETC).....	9
→ IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	10
→ AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (INCLUI TEORIAS CONTEMPORÂNEAS E MODELOS DE ANÁLISE)	11
→ EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	15
→ DEMOCRACIA E DIREITOS.....	15
→ MOVIMENTO LGBTQI+.....	16
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	16
→ DIREITO ADMINISTRATIVO - DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011).....	19
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011)	20
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011).....	24
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	28
→ DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO E FONTES. ESTADO, POVO, TERRITÓRIO, ETC.	29
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	29
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	39
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	42
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	42
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)	44
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	47
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	49
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988).....	51
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988)	52
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	52
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	53
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	54
→ ÉTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA.....	56
→ GABARITO 	56

SEGURIDADE SOCIAL59

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF).....	59
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988).....	64
→ DIREITO PREVIDENCIÁRIO - CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL	66
→ PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL	66
→ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	67
→ ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA SEGURIDADE SOCIAL.....	69
→ SERVIÇO SOCIAL - ASPECTOS GERAIS DA SEGURIDADE SOCIAL	70
→ SAÚDE.....	71
→ ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	75
→ GABARITO 	76

SAÚDE79

→ DIREITO SANITÁRIO E SAÚDE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 3º DA LEI Nº 8.080/1990)	79
→ DISPOSIÇÃO PRELIMINAR E DOS OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES (ARTS. 4º A 6º DA LEI Nº 8.080/1990)	79
→ DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES (ART. 7º DA LEI Nº 8.080/1990)	81
→ DA ORGANIZAÇÃO, DA DIREÇÃO E DA GESTÃO (ARTS. 8º A 14-B DA LEI Nº 8.080/1990).....	86
→ DA COMPETÊNCIA E DAS ATRIBUIÇÕES (ARTS. 15 A 19 DA LEI Nº 8.080/1990).....	86
→ DOS SUBSISTEMAS (ARTS. 19-A A 19-U DA LEI Nº 8.080/1990).....	87
→ DOS SERVIÇOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (ART. 20 A 26 DA LEI Nº 8.080/1990)	88
→ DO FINANCIAMENTO (ARTS. 31 A 38 DA LEI Nº 8.080/1990).....	89
→ LEI Nº 8.142/1990 - PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DO SUS E TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS NA SAÚDE	90
→ ESTRUTURA, FINANCIAMENTO, GESTÃO E PLANEJAMENTO DO SUS.....	93
→ NORMAS OPERACIONAIS DO SUS.....	93
→ POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO - HUMANIZA SUS	93
→ PLANEJASUS - SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS.....	96
→ ENFERMAGEM - EPIDEMIOLOGIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	97
→ PROMOÇÃO À SAÚDE E PREVENÇÃO DE AGRAVOS	103
→ GABARITO 	105

ASSISTÊNCIA SOCIAL..... 107

→ DIREITO PREVIDENCIÁRIO - DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 8.742/93).....	107
→ DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES (ARTS. 4º E 5º DA LEI Nº 8.742/93)	108
→ DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO (ARTS. 6º A 19 DA LEI Nº 8.742/93)	109
→ DOS BENEFÍCIOS (ARTS. 20 A 22 DA LEI Nº 8.742/93).....	112

→ DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ENFRENTAMENTO DA POBREZA (ARTS. 23 A 26-H DA LEI Nº 8.742/93).....	115
→ DO FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 27 A 30-C DA LEI Nº 8.742/93).....	116
→ RESOLUÇÃO CNAS Nº 145/2004 - POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS)	116
→ DECRETO Nº 6.214/2007 - REGULAMENTO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC).....	117
→ DIREITOS HUMANOS - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015)	117
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	119
→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 10 A 13 DA LEI Nº 13.146/2015).....	120
→ DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO (ARTS. 14 A 17 DA LEI Nº 13.146/2015).....	121
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146/2015).....	121
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	123
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 77 E 78 DA LEI Nº 13.146/2015).....	125
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015)	125
→ GABARITO 	128

PREVIDÊNCIA SOCIAL.....129

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988).....	129
→ DIREITO PREVIDENCIÁRIO - CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL	130
→ PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL	130
→ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	132
→ ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA SEGURIDADE SOCIAL.....	134
→ EMPREGADO (RGPS)	135
→ EMPREGADO DOMÉSTICO (RGPS)	136
→ CONTRIBUINTE INDIVIDUAL (RGPS)	136
→ SEGURADO ESPECIAL (RGPS)	137
→ SEGURADO FACULTATIVO (RGPS)	138
→ DA MANUTENÇÃO E DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO.....	138
→ DOS DEPENDENTES (RGPS).....	139
→ DAS INSCRIÇÕES (RGPS).....	139
→ DA APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	140
→ DA APOSENTADORIA PROGRAMADA (NORMAL E DO PROFESSOR).....	142
→ DA APOSENTADORIA ESPECIAL	142
→ REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	143
→ GABARITO 	147

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO 149

→ SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO (SST) - HIGIENE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO (CONCEITOS, ETAPAS E OBJETIVOS).....	149
→ RISCOS OCUPACIONAIS E MAPA DE RISCOS	149
→ A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO NA CLT	153

→ EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI): CONCEITOS GERAIS	154
→ MEDIDAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA	155
→ ERGONOMIA: CONCEITOS GERAIS	155
→ CONCEITOS DE ACIDENTE DO TRABALHO	157
→ NBR 14280 - CADASTRO DE ACIDENTE DO TRABALHO	160
→ CAT (COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO)	162
→ FAP - FATOR FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO.....	163
→ PERÍCIA (SST).....	164
→ LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT)	164
→ GESTÃO DA SST (SGSST)	164
→ GABARITO 	165

PREVIDÊNCIA SOCIAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988)

1. (FGV – 2025) O artigo 201 da Constituição Federal prevê que a previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios, sem exceções.
- O benefício que substitua o rendimento do trabalho do segurado poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo.
- É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, no mesmo índice e periodicidade que o salário mínimo.
- A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de julho de cada ano.
- É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

2. (FGV – 2024) Foi instituído um grupo de trabalho no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, com o objetivo de elaborar anteprojeto de proposição legislativa destinada a promover alterações no regime próprio de previdência social, especificamente direcionadas aos servidores públicos com deficiência que fossem ocupantes de cargos de provimento efetivo.

As medidas propostas no anteprojeto são as seguintes:

I. a avaliação da deficiência seria realizada não só nos planos físico e mental, mas em uma perspectiva biopsicossocial;

II. o cômputo, como tempo de contribuição, dos períodos de férias e licença especial não fruídos pelos servidores até o requerimento de aposentadoria; e

III. esses servidores, conforme o grau da deficiência, podem se aposentar com idade inferior aos servidores que não possuem deficiência.

A assessoria do Chefe do Poder Executivo, ao analisar a conformidade, com a Constituição da República, das três alterações propostas, concluiu corretamente que

- todas apresentam conformidade constitucional.
- apenas a alteração I apresenta conformidade constitucional.
- apenas a alteração II apresenta conformidade constitucional.
- apenas as alterações I e III apresentam conformidade constitucional.
- apenas as alterações II e III apresentam conformidade constitucional.

3. (FGV – 2024) Um dos princípios constitucionais que regula a Seguridade Social é a seletividade e distributividade, ou seja, em algumas hipóteses a Lei restringirá o recebimento de benefícios previdenciários às pessoas de baixa renda, assim definidas em Lei.

Das opções abaixo indicadas, marque aquela que, de acordo com a Constituição Federal, contempla dois benefícios previdenciários que observam esse princípio.

- Aposentadoria especial e Auxílio-reclusão.
- Auxílio-acidente e Salário-família.
- Salário maternidade e Pensão por morte.
- Auxílio-acidente e Aposentadoria especial.
- Salário-família e Auxílio-reclusão.

4. (FGV – 2023) Sobre a organização e o funcionamento da Previdência Social, na forma da Constituição Brasileira de 1988, é correto afirmar que

- a proteção à maternidade não é abarcada pela previdência social brasileira.
- trabalhadores rurais podem obter aposentadoria antes dos trabalhadores urbanos.
- pessoas com deficiência devem se submeter aos mesmos requisitos de elegibilidade para fins de aposentadoria.
- a correção da inflação não é assegurada para aposentadorias, ficando a critério do legislador ordinário.
- a aposentadoria por idade para homens e mulheres é idêntica, aos 65 anos.

5. (FGV – 2023) A Constituição de 1988 prevê situações nas quais a legislação poderá, excepcionalmente, oferecer condições particulares para fins de concessão de benefícios. Nesse sentido, é correto afirmar que

- a exposição a agentes insalubres, mesmo com a utilização de equipamentos de proteção individual, poderá, a depender do caso, viabilizar a aposentadoria antecipada.
- a pessoa com deficiência, independente de avaliação biopsicossocial, poderá aposentar-se antecipadamente, desde que reabilitadas profissionalmente.
- pessoas integrantes de uma mesma categoria profissional podem beneficiar-se de exposição nociva presumida para fins de aposentadoria antecipada.
- trabalhadores rurais não poderão, em virtude das regras referidas, obter aposentadoria em período inferior às regras gerais do sistema previdenciário.
- desde o advento da Emenda Constitucional no 103/19, tornou-se inconstitucional a possibilidade de aposentadoria com requisitos diversos por questões de gênero.

6. (FGV – 2023) Sobre a previdência complementar na Constituição de 1988, assinale a afirmativa correta.

- a) O regramento constitucional da matéria, como hoje se coloca no texto vigente, é decorrente de elaboração do Poder Constituinte Originário.
- b) A disciplina legal da previdência complementar no Brasil carece, tão somente, de lei ordinária, cabendo, ainda, a utilização de medidas provisórias.
- c) É vedado o aporte de recursos estatais na previdência complementar brasileira, ainda que na condição de patrocinador.
- d) As sociedades de economia mista não se submetem a qualquer regramento diverso das demais empresas privadas quando vinculadas a fundos de pensão.
- e) As condições previstas em regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes.

7. (FGV – 2022) João, trabalhador informal, procurou a Defensoria Pública e questionou sobre a possível existência de previsão, na ordem constitucional brasileira, de proteção previdenciária para trabalhadores de baixa renda em situação semelhante à sua.

Foi informado corretamente a João que:

- a) o sistema previdenciário brasileiro, de caráter contributivo, é incompatível com a informalidade, mas João seria amparado pela assistência social;
- b) a proteção está prevista em norma constitucional de eficácia plena, sendo fixadas alíquotas diferenciadas para atender essa camada da população;
- c) a proteção está prevista em norma programática, alcançando, inclusive, os que se dediquem ao trabalho doméstico no âmbito exclusivo de sua residência;
- d) o sistema especial de inclusão previdenciária, de estatura constitucional e caráter programático, é direcionado apenas aos trabalhadores de baixa renda com deficiência.

8. (FGV – 2021) Edna, Deputada Federal, foi procurada por um grupo de ativistas políticas, que pretendiam a alteração da legislação previdenciária, de modo que a outorga de pensão por morte, em razão do falecimento de servidor público do sexo feminino, sendo devida ao cônjuge ou companheiro supérstite, do sexo masculino, estivesse condicionada à comprovação de invalidez e de dependência econômica desse último. Isso, no entanto, não ocorreria na hipótese inversa, vale dizer, quando o falecido fosse do sexo masculino e o beneficiário do sexo feminino.

Em razão da consulta formulada, a assessoria de Edna, à luz da sistemática constitucional, respondeu, corretamente, que a fruição da pensão por morte, pelo cônjuge ou companheiro varão, deve se dar em condições:

- a) idênticas às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, salvo permissivo veiculado em lei complementar editada pela União;
- b) necessariamente distintas, mais restritivas, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, com o que se alcança a igualdade material;
- c) idênticas às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, o que decorre da necessária igualdade formal que deve prevalecer entre ambos;
- d) necessariamente distintas, mais restritivas, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, enquanto verdadeira ação afirmativa;
- e) necessariamente distintas, mais favoráveis, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, o que decorre do fato de homens se aposentarem mais tarde.

9. (FGV – 2018) De acordo com a Constituição da República de 1988, é correto afirmar que:

- a) a previdência complementar é autônoma frente ao Regime Geral de Previdência Social;

- b) somente pessoas que participem da previdência complementar poderão aposentar-se pelo Regime Geral de Previdência Social;
- c) a previdência complementar é obrigatória para todos os trabalhadores brasileiros sem atividade remunerada;
- d) a previdência complementar brasileira não foi até hoje disciplinada e instituída por entidades previdenciárias;
- e) os benefícios da previdência complementar brasileira devem ser idênticos aos previstos no Regime Geral de Previdência Social.

10. (FGV – 2017) Luís, portador de deficiência física congênita e trabalhador da iniciativa privada, solicitou a orientação de um profissional da área jurídica a respeito das peculiaridades do regime geral de previdência social considerando a sua situação pessoal.

O profissional consultado respondeu corretamente que Luís:

- a) não pode ser beneficiado por qualquer requisito ou critério diferenciado para a obtenção de aposentadoria;
- b) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso exercesse atividade insalubre, mas não por ser deficiente;
- c) poderia ser beneficiado por requisitos ou critérios diferenciados para se aposentar caso fosse mulher, mas não por ser deficiente;
- d) poderia ser beneficiado por critérios diferenciados para se aposentar caso o seu trabalho prejudicasse a saúde, mas não por ser deficiente;
- e) pode ser beneficiado por requisitos ou critérios distintos para se aposentar nos termos de lei complementar.

→ DIREITO PREVIDENCIÁRIO - CONCEITO DE SEGURIDADE SOCIAL

11. (FGV – 2023) De acordo com a Lei nº 8.212/91, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo

- a) à educação, à saúde e à previdência.
- b) à saúde, à previdência e à assistência social.
- c) ao saneamento, à habitação e ao lazer.
- d) à segurança pública, à saúde e à educação.
- e) à previdência, à assistência social e à educação.

→ PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL

12. (FGV – 2025) Assinale a alternativa correta. São Princípios da Previdência Social:

- a) Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente; economicidade; irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.
- b) Previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional; caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, representantes das empresas, empregadores e aposentados.
- c) Previdência complementar facultativa, custeada, ou não, por contribuição adicional; irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo; universalidade e uniformidade de participação nos planos previdenciários.

- d) Universalidade de participação nos planos previdenciários; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- e) Uniformidade, universalidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de- contribuição corrigidos monetariamente pela taxa Selic.

13. (FGV – 2024) Um dos princípios constitucionais relacionados à Seguridade Social é o da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços. Esse princípio preconiza que a Lei disporá a que pessoas as prestações serão estendidas. A distributividade tem caráter social, pois deve atender prioritariamente aos mais necessitados.

Dos benefícios previdenciários abaixo listados, marque aquele que observa o princípio da seletividade e distributividade.

- a) Salário-família.
- b) Auxílio por incapacidade temporária.
- c) Aposentadoria programada.
- d) Pensão por morte.
- e) Auxílio-acidente.

14. (FGV – 2024) Raquel, estudante de Direito, em uma aula de Direito Previdenciário, recebeu a explicação do seu professor que a Constituição Federal de 1988 prevê que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

Nesse sentido, regra constitucional explicada refere-se à

- a) regra da seletividade e distributividade.
- b) regra de contrapartida.
- c) regra da diversidade da base de financiamento.
- d) regra da noventena.
- e) regra da equidade na forma de participação no custeio.

15. (FGV – 2024) São princípios da Seguridade Social:

- a) caráter democrático e descentralizado da administração e receitas das contribuições sociais;
- b) participação da iniciativa privada, obedecidos os preceitos constitucionais, e serviços de natureza urbana ou rural;
- c) gestão regional quadripartite e diversidade da base de financiamento;
- d) irredutibilidade do valor dos benefícios e equidade na forma de participação do custeio;
- e) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.

16. (FGV – 2024) Um dos princípios constitucionais da Seguridade Social refere-se à abrangência da cobertura e ao grau de proteção.

Com base nesse princípio a Lei fixa então o conjunto de pessoas às quais os benefícios são estendidos e determina o caráter social da Seguridade Social, devendo atender prioritariamente aos mais necessitados.

Assinale a opção que indica o nome desse princípio.

- a) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- b) Equidade na forma de participação no custeio.
- c) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- d) Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.
- e) Seletividade e distributividade.

17. (FGV – 2023) Segundo o Art. 1º, da Lei nº 8.212/1991, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Fazem parte dos princípios da referida lei os seguintes itens, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Universalidade da cobertura e do atendimento.
- b) Direcionamento e priorização dos benefícios e serviços às populações urbanas em situação de vulnerabilidade e risco social.
- c) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- d) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- e) Equidade na forma de participação no custeio.

18. (FGV – 2023) Assinale a opção que indica um dos princípios e diretrizes previstos na Lei de Seguridade Social.

- a) Equidade da cobertura e do atendimento.
- b) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- c) Uniformidade e equivalência na prestação dos benefícios e serviços.
- d) Seletividade e distributividade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) Universalidade na forma de participação no custeio.

19. (FGV – 2023) Sobre a organização da seguridade social na Constituição de 1988, é correto afirmar que

- a) a universalidade de cobertura e atendimento é objeto do Sistema Único de Saúde, somente.
- b) o princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios assegura a correção dos benefícios pela taxa SELIC.
- c) a diretriz da equidade na participação no custeio não impede regimentos favorecidos a determinados grupos.
- d) na elaboração do orçamento da seguridade social, não se faz necessária a distinção de rubricas por área.
- e) os benefícios entre as populações urbanas e rurais devem ser idênticos, com base na isonomia.

20. (FGV – 2021) Diante dos princípios e regras constitucionais da seguridade social brasileira, é correto afirmar que:

- a) o mutualismo inerente aos regimes previdenciários públicos viabiliza, independentemente de fonte de custeio, aposentadorias precoces para trabalhadores em situação de desemprego involuntário;
- b) a universalidade de cobertura e atendimento da proteção social brasileira traz, como consectário, a cobertura integral a quaisquer pessoas, de forma idêntica a modelos universalistas de previdência social;
- c) dentro da previdência complementar brasileira, nos termos da Constituição da República de 1988, a adesão a entidades fechadas de previdência complementar é obrigatória para servidores e trabalhadores privados;
- d) a assistência social, para fins de concessão de benefícios, exige, dos interessados, determinado número mínimo de contribuições mensais;
- e) o princípio constitucional da uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbana e rural não impede a concessão de benefícios com requisitos de elegibilidade distintos entre as referidas parcelas da sociedade brasileira.